



**LEI MUNICIPAL Nº 1.460 DE 25 DE MARÇO DE 2025.**

**“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA NOVA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DEFESA CIVIL (COMPDEC) E DO NOVO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (CONMDEC) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**RODRIGO JOSÉ RAMOS DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Areias, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), órgão vinculado diretamente a Secretaria Municipal de Segurança Pública com a finalidade de planejar, coordenar e executar as ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação de desastres no âmbito do Município de Areias-SP.

**Art. 2º** - Para os fins desta Lei, consideram-se:

**I - Defesa Civil:** conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e de reconstrução, destinadas a evitar ou minimizar desastres, preservar o bem-estar da população e restabelecer a normalidade social.

**II - Desastre:** resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, que afetam um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais, com impactos econômicos e sociais.

**III - Situação de Emergência:** reconhecimento legal, pelo poder público, de uma condição anormal decorrente de desastre, cujos danos podem ser superados pela comunidade afetada.

**IV- Estado de Calamidade Pública:** reconhecimento legal, pelo poder público, de uma situação anormal causada por desastre, resultando em graves danos à comunidade afetada, incluindo riscos à segurança e à vida de seus integrantes.

**Art. 3º** - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) será composta:

- I.** 1 (um) Coordenador da Defesa Civil;
- II.** 2 (dois) Técnicos Operativo;
- III.** 1 (um) Secretário Administrativo da Defesa Civil;



**IV. Conselho Municipal de Defesa Civil.**

**Parágrafo Único** – Os servidores mencionados neste artigo, serão de livre nomeação do chefe do Poder Executivo.

**Art. 4º** - São atribuições da função gratificada de Coordenador da Defesa Civil aquelas previstas na Lei Complementar nº 34 de 06 de outubro de 2022.

**Art. 5º** – São atribuições da função gratificada de Técnico Operativo:

- I.** Realizar o monitoramento e a vigilância das condições climáticas e de risco no município;
- II.** Prestar apoio nas atividades de prevenção e resposta a desastres naturais ou emergenciais;
- III.** Coordenar e executar ações de socorro, salvamento e proteção à população em situações de emergência;
- IV.** Auxiliar na elaboração e atualização do plano de contingência municipal;
- V.** Executar vistorias e inspeções em áreas de risco;
- VI.** Atuar no controle e distribuição de recursos para ações emergenciais;
- VII.** Participar de treinamentos e simulações de situações de risco;
- VIII.** Prestar orientações à população sobre segurança e prevenção de desastres;
- IX.** Colaborar com órgãos municipais, estaduais e federais em ações integradas de defesa civil;
- X.** Executar outras atividades correlatas, conforme necessidade da Defesa Civil.

**Art. 6º** - São atribuições da função gratificada de Secretário Administrativo da Defesa Civil:

- I.** Coordenar as atividades administrativas da Defesa Civil, garantindo o bom andamento dos processos internos;
- II.** Elaborar relatórios gerenciais e documentos administrativos, fornecendo suporte à equipe técnica;
- III.** Organizar e arquivar documentos, relatórios e registros relacionados às atividades da Defesa Civil;
- IV.** Gerenciar a agenda de compromissos e reuniões da coordenação da Defesa Civil;
- V.** Controlar e acompanhar a execução do orçamento e os recursos financeiros da Defesa



Civil;

- VI. Elaborar e encaminhar ofícios, memorandos e comunicações oficiais;
- VII. Assessorar na organização de eventos, treinamentos e campanhas de conscientização;
- VIII. Auxiliar na gestão de contratos e convênios relacionados às atividades da Defesa Civil;
- IX. Prestar atendimento ao público e aos órgãos parceiros, fornecendo informações e esclarecimentos;
- X. Executar outras atividades administrativas conforme orientações superiores.

**Art. 7º** - Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:

- I. Elaborar o Plano Preventivo de Defesa Civil (PPDC);
- II. Coordenar e executar as ações de prevenção e resposta a desastres;
- III. Promover a capacitação de agentes públicos e da população em temas relacionados à Defesa Civil;
- IV. Articular-se com órgãos municipais, estaduais e federais para a execução de ações conjuntas;
- V. Propor e implementar medidas para minimizar os impactos de eventos adversos;
- VI. Exercer outras atividades correlatas à Defesa Civil.

**Art. 8º** - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa Civil (CONMDEC), órgão consultivo e deliberativo, com a finalidade de assessorar a administração municipal na formulação e acompanhamento das políticas de Defesa Civil.

**Art. 9º** – O Conselho Municipal de Defesa Civil (CONMDEC) será composto por membros titulares e seus respectivos suplentes, conforme a seguinte estrutura:

- I. Secretaria Municipal de Obras e Planejamento;
- II. Secretaria Municipal de Saúde;
- III. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária;
- IV. Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente;
- V. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- VI. Secretaria Municipal de Segurança Pública;



VII. Secretaria Municipal de Assistência Social;

VIII. Representantes de entidades religiosas.

**Art. 10º** - Os membros do Conselho serão indicados pelo Prefeito Municipal, respeitando a composição do artigo anterior, e terão o mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

**Art. 11** - Compete ao Conselho Municipal de Defesa Civil:

- I. Propor diretrizes para a política municipal de Defesa Civil;
- II. Acompanhar e avaliar a execução das ações da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;
- III. Sugerir medidas preventivas e corretivas para reduzir riscos de desastres;
- IV. Emitir pareceres sobre questões relacionadas à Defesa Civil no Município;
- V. Elaborar seu Regimento Interno por meio de ato normativo adequado, garantindo sua publicação no site da Prefeitura Municipal de Areias.

**Art. 12** - Os servidores públicos designados para a composição do Conselho Municipal de Defesa Civil de Areias que auxiliarem nas ações emergenciais desempenharão essas atividades sem prejuízo de suas funções habituais e sem direito a qualquer tipo de gratificação ou remuneração adicional.

**Parágrafo único:** A participação mencionada neste artigo será reconhecida como prestação de serviço relevante e registrada nos assentamentos funcionais dos servidores.

**Art. 13** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 14** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando integralmente a Lei nº 1.188 de 08 de agosto de 2013.

Areias, 25 de março de 2025.

**RODRIGO JOSÉ RAMOS DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal

Publicada por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal, conforme os ditames da Lei Orgânica Municipal, na data supra.

**José Aroldo Gonçalves Pimentel**  
Escriturário